

DA UTOPIA SOCIALISTA AO CAPITALISMO DE SOBREVIVÊNCIA: TRANSIÇÕES IDEOLÓGICAS, DEPENDÊNCIA EXTERNA E DESAGREGAÇÃO ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (1980 – 2000)

FROM SOCIALIST UTOPIA TO SURVIVAL CAPITALISM: IDEOLOGICAL TRANSITIONS, EXTERNAL DEPENDENCE, AND ECONOMIC DISINTEGRATION IN MOZAMBIQUE (1980 – 2000)

Bernardino C. Feliciano

RESUMO: O artigo analisa criticamente a transição económica e política de Moçambique do socialismo para o capitalismo de mercado, entre o final da presidência de Samora Machel e a implementação do Programa de Reajustamento Económico. Parte-se da hipótese de que a mudança resultou de pressões externas e de decisões internas associadas à reconfiguração das elites. A metodologia é qualitativa e histórico-estrutural, baseada em fontes bibliográficas e análise crítica do papel do FMI e do Banco Mundial. Os resultados indicam que a privatização e liberalização agravaram desigualdades, fragilizaram o tecido produtivo e favoreceram uma burguesia rentista. Conclui-se que um projecto nacional sustentável exige soberania económica, justiça social e centralidade do bem-estar humano.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique; socialismo; capitalismo; ajustamento estrutural; desenvolvimento.

ABSTRACT: The article critically analyses Mozambique's economic and political transition from socialism to market capitalism, from the final years of Samora Machel's presidency to the implementation of the Economic Adjustment Programme. It advances the hypothesis that this shift resulted from both external pressures and internal decisions linked to elite reconfiguration. The study adopts a qualitative, historical-structural methodology, based on bibliographic sources and critical analysis of the IMF and World Bank's role. Findings show that privatisation and liberalisation deepened inequalities, weakened the productive structure and fostered a rent-seeking bourgeoisie. It concludes that a sustainable national project requires economic sovereignty, social justice and the centrality of human well-being.

KEYWORDS: Mozambique; socialism; capitalism; structural adjustment; development.

Editor

[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

DA UTOPIA SOCIALISTA AO CAPITALISMO DE SOBREVIVÊNCIA: TRANSIÇÕES IDEOLÓGICAS, DEPENDÊNCIA EXTERNA E DESAGREGAÇÃO ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE (1980 - 2000)

Bernardino Cordeiro Feliciano¹

Introdução

A história recente de Moçambique é marcada por uma das mais profundas transformações políticas e económicas da África pós-colonial. Após a independência em 1975, o país assumiu o socialismo como orientação ideológica e modelo de governação, inspirado nos ideais de libertação, justiça social e solidariedade coletiva. A FRELIMO, enquanto partido dirigente, estruturou o Estado com base numa economia planificada, apostando na nacionalização dos meios de produção, na expansão dos serviços públicos e na centralização da autoridade política. Contudo, à medida que o país enfrentava uma devastadora guerra civil, a crise de produção, o isolamento diplomático e o colapso do apoio dos países socialistas, a utopia de um Estado autossuficiente e igualitário começou a ruir. O que se seguiu foi uma lenta, mas irreversível transição para um modelo económico de mercado, profundamente condicionado por fatores externos e pela necessidade de sobrevivência nacional.

O IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983, representou um ponto de viragem histórica. Moçambique, enfraquecido pela guerra e pela crise económica, viu-se forçado a repensar as suas alianças internacionais e a reconfigurar o próprio discurso político. A aproximação ao Ocidente e a aceitação da ajuda das instituições financeiras internacionais, até então vistas como instrumentos do imperialismo capitalista, revelaram a urgência de encontrar soluções pragmáticas para a reconstrução nacional. Este movimento não foi apenas uma mudança de orientação económica, mas também uma redefinição ideológica profunda, que marcou o início da reconciliação entre o Estado moçambicano e a lógica global do capitalismo. A partir desse momento, os ideais revolucionários de igualdade social começaram a ser substituídos por uma política de adaptação às exigências do mercado e da economia liberal.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Docente de Sociologia da Educação, Sociologia Política e Sociologia da Família na Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique). mutepa2000@gmail.com

A introdução do Programa de Reajustamento Económico (PRE), em 1987, consolidou essa transição. O país aderiu oficialmente ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, aceitando condicionalidades que visavam estabilizar a economia através da liberalização dos preços, da privatização das empresas públicas e da redução do papel do Estado na produção e no bem-estar social. No entanto, o contexto de guerra civil e de desorganização administrativa impediu que as reformas atingissem os resultados esperados. Ao contrário das promessas de eficiência e modernização, o PRE contribuiu para a desindustrialização, o aumento do desemprego, a concentração de riqueza e o agravamento das desigualdades sociais. A economia formal colapsou e milhões de moçambicanos foram empurrados para o setor informal, dando origem ao que muitos designam por “capitalismo de sobrevivência”.

As privatizações tornaram-se o símbolo mais visível desse processo. Entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000, centenas de empresas estatais foram alienadas, muitas delas a preços irrisórios, beneficiando grupos restritos ligados ao poder político. O caso do setor do caju é particularmente revelador: as reformas impostas pelas instituições financeiras internacionais, que visavam liberalizar o comércio e atrair investimento, resultaram no encerramento de fábricas, na perda de milhares de empregos e no colapso de um setor estratégico da economia rural. O que se anunciava como uma política de reestruturação produtiva acabou por acentuar a dependência externa e a vulnerabilidade económica do país. Assim, a liberalização económica não significou emancipação, mas antes uma nova forma de subordinação às lógicas do capital global e aos interesses das elites internas emergentes. Paralelamente às mudanças económicas, assistiu-se também a uma erosão dos valores éticos e cívicos que tinham sustentado o projeto nacional no período pós-independência. O pensamento samoriano, centrado na disciplina, na integridade e no serviço ao povo, foi substituído por uma cultura política de clientelismo, corrupção e enriquecimento ilícito. A moral revolucionária, que pregava o trabalho coletivo e o sacrifício em prol do bem comum, foi progressivamente suplantada por uma ética individualista e utilitarista, em que o poder passou a ser instrumento de acumulação pessoal. A crise económica, longe de ser apenas material, tornou-se também moral, refletindo uma desagregação dos princípios que haviam norteado a luta pela independência e a construção da nação.

Neste contexto, o artigo propõe uma análise crítica e histórica das transições ideológicas e económicas de Moçambique entre 1980 e 2000, identificando as continuidades

e ruturas entre o socialismo revolucionário e o capitalismo de sobrevivência. Pretende-se compreender como o Estado moçambicano, pressionado por fatores externos e internos, foi reconfigurando a sua estrutura de poder e as suas relações com a economia global, ao mesmo tempo que se distanciava dos princípios fundadores da nação. A análise incidirá sobre três dimensões principais: a inflexão política do IV Congresso da FRELIMO e a reconfiguração das alianças internacionais; a implementação do Programa de Reajustamento Económico (PRE) e a imposição das instituições financeiras internacionais; e, finalmente, a passagem da ética samoriana para uma economia política da corrupção, marcada pela emergência de novas elites e pela captura do Estado. Trata-se, assim, de refletir sobre como Moçambique, partindo de uma utopia coletiva de emancipação, acabou por se confrontar com a dura realidade de um capitalismo de sobrevivência, dependente e desigual.

A Inflexão Política do IV Congresso da FRELIMO e a Reconfiguração das Alianças Internacionais

O IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983, constituiu um marco decisivo de rutura ideológica no percurso histórico do Estado moçambicano. Embora o discurso oficial continuasse a afirmar a fidelidade ao socialismo científico, tornava-se progressivamente evidente uma inflexão estratégica orientada para a redefinição das alianças internacionais e do próprio papel do Estado na economia. Como sublinha Castel-Branco, num excerto particularmente elucidativo,

a combinação entre a crise de acumulação interna, a fragilidade estrutural do aparelho produtivo e o crescente isolamento económico externo criou condições objectivas que obrigaram o Estado moçambicano a repensar profundamente o seu modelo de planificação centralizada, bem como a procurar, ainda que de forma cautelosa e contraditória, novas pontes de cooperação com os países capitalistas ocidentais (Castel-Branco, 2019, p. 42).

Deste modo, a inflexão observada no IV Congresso não pode ser interpretada como simples mudança voluntarista de orientação política, mas antes como resultado de uma conjuntura internacional adversa, marcada pela retração da ajuda soviética, pelo esgotamento das economias socialistas africanas e pela intensificação da guerra civil. Neste contexto, Samora Machel procurou adaptar o discurso revolucionário às exigências de sobrevivência

material do Estado moçambicano. Tal esforço de adaptação traduziu-se num realismo político que não implicava, pelo menos no plano discursivo, o abandono imediato do socialismo. Munslow observa, de forma detalhada, que

a aproximação de Samora Machel ao Ocidente não deve ser lida como uma renúncia ideológica ao socialismo, mas como uma tentativa estratégica de o preservar num contexto de extrema vulnerabilidade económica e militar, através de compromissos pragmáticos que permitissem assegurar recursos, apoio diplomático e margem de manobra política (Munslow, 2019, p. 77).

Este realismo manifestou-se em encontros diplomáticos com líderes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, símbolos do poder hegemónico norte-americano e do neoliberalismo emergente², revelando a entrada de Moçambique num novo ciclo de relações internacionais, caracterizado por uma delicada tentativa de equilíbrio entre antigas alianças socialistas e novas exigências do mercado global. Paralelamente, o colapso progressivo do modelo de planificação centralizada³ tornava-se visível na ineficiência das empresas estatais, na escassez crónica de bens essenciais e na incapacidade do Estado em sustentar políticas sociais de carácter universal. Francisco sintetiza este diagnóstico estrutural ao afirmar que

a economia planificada moçambicana, inspirada em modelos soviéticos, revelou-se profundamente inadequada às condições específicas de um país pós-colonial, devastado por uma guerra prolongada, com uma base produtiva frágil, dependente de importações e incapaz de gerar excedentes suficientes para sustentar o projecto socialista” (Francisco, 2018, p. 63).

² O neoliberalismo emergente é compreendido como uma racionalidade política, económica e moral em processo de consolidação, que se manifesta de forma gradual e contraditória a partir do IV Congresso da FRELIMO, antes de se institucionalizar plenamente com o Programa de Reajustamento Económico. Não se trata de uma rutura imediata com o socialismo proclamado, mas da introdução progressiva de uma lógica de eficiência de mercado, de tecnocratização da governação e de redefinição do papel do Estado, que deixa de ser agente central da produção e da provisão universal de bens sociais para se tornar regulador e facilitador do capital. Este neoliberalismo, embora impulsionado por condicionalidades externas do FMI e do Banco Mundial, é igualmente apropriado pelas elites nacionais, articulando dependência internacional e recomposição interna do poder, e traduzindo-se numa transformação ética que substitui a centralidade do bem comum por lógicas de acumulação individual e captura institucional.

³ O modelo de planificação centralizada é entendido como o paradigma económico e político adoptado por Moçambique no período pós-independência, inspirado nas experiências do socialismo de Estado, particularmente no modelo soviético, no qual o Estado assume o controlo directo dos principais meios de produção, da distribuição de recursos e da definição das prioridades económicas e sociais. Trata-se de um modelo em que as decisões fundamentais sobre investimento, produção, preços, emprego e consumo são determinadas centralmente por órgãos estatais e partidários, com reduzido espaço para o mercado, para a iniciativa privada e para a lógica concorrencial. Este modelo é associado a uma visão de desenvolvimento orientada para a justiça social, a universalização dos serviços públicos e a construção de um projecto nacional soberano, mas também é criticamente analisado pelas suas limitações estruturais, nomeadamente a ineficiência produtiva, a dependência externa, a rigidez administrativa e a dificuldade de adaptação às condições concretas de um país pós-colonial, em guerra e com fraca base económica.

Assim, o IV Congresso ultrapassou a dimensão de simples evento partidário, funcionando como espaço de reinterpretação do papel do Estado e da economia, e lançando as bases ideológicas para o Programa de Reajustamento Económico⁴, formalmente implementado em 1987, já sob a presidência de Joaquim Chissano. No domínio da política externa, assistiu-se a um progressivo abandono da retórica da solidariedade socialista, substituída por uma diplomacia de sobrevivência orientada para a captação de apoio financeiro internacional. Hanlon e Smart assinalam que

a partir de meados da década de 1980, Moçambique iniciou uma estratégia consciente de inserção periférica no sistema capitalista mundial, aceitando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como actores centrais na mediação da nova fase económica, mesmo reconhecendo os riscos de perda de autonomia política (Hanlon e Smart, 2018, p. 52).

Esta opção, ainda que tomada durante a vida de Samora Machel, evidenciava o esgotamento interno do socialismo moçambicano⁵, pressionado simultaneamente pela guerra civil, pela crise alimentar e pela incapacidade de reprodução económica. A mudança ideológica não se processou sem conflitos internos. No seio da FRELIMO, sectores significativos viam a aproximação ao Ocidente como uma traição aos ideais fundacionais da luta de libertação. Todavia, a necessidade urgente de financiamento externo e de apoio logístico conduziu à relativização progressiva dos princípios ideológicos. Chichava descreve este dilema nos seguintes termos:

⁴ O Programa de Reajustamento Económico (PRE) é definido como o instrumento político-económico que institucionalizou a transição de Moçambique do modelo de planificação centralizada para uma economia orientada pelo mercado, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a partir de 1987. O PRE é concebido não apenas como um pacote técnico de reformas macroeconómicas, mas como um projecto estrutural de reorganização do Estado e da economia, assente na liberalização dos preços e do comércio, na privatização das empresas estatais, na redução do papel económico do Estado e na reorientação das políticas públicas segundo critérios de eficiência, austeridade e equilíbrio financeiro. O PRE é analisado criticamente como o momento de consolidação do neoliberalismo emergente, uma vez que aprofundou a dependência externa, fragilizou o tecido produtivo nacional, agravou as desigualdades sociais e contribuiu para a recomposição das elites económicas, ao mesmo tempo que deslocou o eixo do desenvolvimento da justiça social e da soberania económica para a lógica da estabilização macroeconómica e da integração subordinada no capitalismo global.

⁵ O socialismo moçambicano é entendido como um projecto político, económico e ideológico desenvolvido no período pós-independência, sobretudo entre 1975 e meados da década de 1980, sob a liderança da FRELIMO, que procurou adaptar os princípios do marxismo-leninismo às condições históricas, sociais e culturais específicas de Moçambique. Trata-se de um socialismo de carácter nacional-popular, centrado no papel dirigente do Estado e do partido único, na planificação centralizada da economia, na nacionalização dos principais sectores produtivos e na valorização da justiça social, da educação, da saúde e da mobilização colectiva como fundamentos da construção da nação. Este socialismo é analisado simultaneamente como um projecto emancipatório, orientado para a soberania e a coesão nacional, e como um modelo marcado por fragilidades estruturais, dependência externa, rigidez administrativa e dificuldades de reprodução económica, agravadas pela guerra civil e pelo contexto internacional adverso, factores que contribuíram para o seu progressivo esgotamento e para a abertura ao neoliberalismo emergente.

a tensão entre a fidelidade aos ideais revolucionários e a necessidade de garantir a sobrevivência material do Estado tornou-se o eixo central das disputas internas da elite governante, produzindo discursos ambíguos que combinavam referências à autodeterminação socialista com apelos explícitos ao investimento estrangeiro (Chichava, 2020, p. 119).

Neste quadro, emergiu o conceito de realismo revolucionário⁶, mobilizado para legitimar o afastamento parcial do dogmatismo marxista-leninista. Pereira sublinha que

o IV Congresso consolidou a narrativa segundo a qual a revolução deveria adaptar-se às circunstâncias históricas concretas, reconhecendo os limites do isolamento económico e justificando a abertura controlada ao capital internacional como condição de sobrevivência do próprio projecto nacional (Pereira, 2022, p. 209).

Esta adaptação discursiva abriu caminho à crescente penetração ideológica e financeira das instituições ocidentais, criando as condições para a aceitação futura dos programas de ajustamento estrutural. Do ponto de vista sociológico, esta inflexão pode ser interpretada à luz das teorias da dependência⁷ formuladas por autores como Gunder Frank e Samir Amin. Ao procurar modernizar-se através de capital externo, Moçambique reproduziu mecanismos clássicos de subordinação periférica. Macuane sintetiza este processo ao afirmar que

longe de promover uma trajectória autónoma de desenvolvimento, a abertura económica dos anos 1980 inseriu Moçambique numa dinâmica de dependência financeira e institucional, na qual o crescimento passou a estar

⁶ O realismo revolucionário é compreendido como uma orientação político-ideológica adoptada por sectores da liderança moçambicana nos anos 1980 para justificar a adaptação pragmática do projecto socialista às condições históricas concretas do país, sem uma renúncia formal aos seus princípios fundadores. Trata-se de uma postura que reconhece os limites materiais, económicos e geopolíticos do isolamento ideológico e da planificação centralizada, procurando compatibilizar o discurso revolucionário com a necessidade de sobrevivência do Estado, de obtenção de apoio externo e de inserção controlada no sistema internacional. O realismo revolucionário surge como um conceito ambíguo e transitório, que permite legitimar a aproximação ao Ocidente, a flexibilização do dogmatismo marxista-leninista e a abertura progressiva ao mercado, ao mesmo tempo que preserva simbolicamente a narrativa da revolução, funcionando, assim, como ponte ideológica entre o socialismo moçambicano e o neoliberalismo emergente.

⁷ As teorias da dependência constituem o enquadramento sociológico e político utilizado para interpretar a inserção de Moçambique na economia mundial como estruturalmente subordinada, tanto no período socialista como na fase de transição neoliberal. Estas teorias sustentam que o subdesenvolvimento não resulta de um atraso interno ou de falhas exclusivamente nacionais, mas de uma posição periférica no sistema capitalista global, caracterizada pela transferência desigual de recursos, pela especialização produtiva dependente e pela limitação da autonomia política e económica dos Estados pós-coloniais. Este referencial permite demonstrar que a passagem do socialismo para o neoliberalismo não rompeu com a dependência, antes a reconfigurou sob novas formas financeiras, institucionais e ideológicas, através da mediação do FMI, do Banco Mundial e do capital internacional, reproduzindo mecanismos de subordinação estrutural apesar da retórica de modernização e desenvolvimento.

condicionado ao acesso a crédito externo, à liberalização dos mercados e à aceitação de reformas estruturais que beneficiavam sobretudo o capital internacional e as elites locais emergentes (Macuane, 2021, p. 91).

A morte de Samora Machel, em 1986, interrompeu uma fase de transição ideológica ainda inconclusa. Vários analistas defendem que a sua continuidade poderia ter limitado os excessos da liberalização subsequente. Hanlon argumenta que

Samora Machel procurava reformar o socialismo sem abdicar da centralidade do Estado na educação, na saúde e na construção da nação, mas a sua morte criou um vazio político que foi rapidamente preenchido por uma elite mais alinhada com as prescrições do ajustamento estrutural e com os interesses do capital privado (Hanlon, 2023, p. 94).

Com o seu desaparecimento, o debate interno foi rapidamente encerrado, permitindo a consolidação de uma elite económica associada à privatização e à liberalização.

O IV Congresso deve, assim, ser compreendido como a institucionalização de uma nova racionalidade política, de natureza instrumental, que deslocou o eixo da governação da planificação colectiva para a eficiência de mercado. Francisco descreve este processo como “o início de uma tecnocracia de ajustamento, na qual a ideologia revolucionária é progressivamente substituída pela administração da escassez, pela linguagem da competitividade e pela primazia dos indicadores macroeconómicos” (Francisco, 2018, p. 68). Em síntese, o IV Congresso da FRELIMO simbolizou a transição de Moçambique de um projecto revolucionário para uma lógica de sobrevivência no sistema capitalista global, inaugurando um paradigma de governação marcado pela dependência neoliberal, cujas implicações económicas, sociais e morais se fariam sentir de forma profunda nas décadas seguintes.

A Implementação do Programa de Reajustamento Económico e a Imposição das Instituições Financeiras Internacionais

A implementação do Programa de Reajustamento Económico (PRE), em 1987, constituiu um ponto de inflexão decisivo na trajetória económica e política de Moçambique.

Este programa foi introduzido num contexto de fragilidade extrema, marcado pela intensificação da guerra civil, pela recorrente seca que afectava as colheitas e pela profunda crise fiscal do Estado. Hanlon e Smart salientam que

nenhum país do mundo havia implementado um programa de ajustamento estrutural em plena guerra civil; Moçambique fê-lo por necessidade e não por convicção ideológica, numa situação em que a sobrevivência económica do Estado e a manutenção mínima dos serviços essenciais eram imposições imediatas e não meras opções estratégicas (Hanlon e Smart, 2018, p. 71).

A adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM) representou, assim, uma rendição estratégica diante da impossibilidade de financiar autonomamente o orçamento do Estado e de manter o aparelho produtivo estatal em funcionamento, evidenciando uma subordinação pragmática às exigências do capital financeiro internacional. O PRE surgiu como uma imposição das instituições financeiras internacionais, que condicionaram a ajuda externa à adopção de medidas de liberalização económica e de retração do Estado. Castel-Branco observa que

as condicionalidades impostas pelo FMI significaram a renúncia explícita ao modelo de desenvolvimento centrado na planificação estatal e na promoção da justiça social, substituindo-o por uma lógica de eficiência de mercado, austeridade fiscal e disciplina monetária, impondo um paradigma de gestão onde o Estado deixou de ser o actor central no bem-estar da população e passou a função de mediador entre interesses privados e imperativos macroeconómicos internacionais (Castel-Branco, 2019, p. 91).

Esta imposição não se limitou a ajustes técnicos; tratou-se de uma transformação estrutural profunda, que redesenhou as bases do contrato social, enfraquecendo a capacidade do Estado em actuar como promotor do bem-estar colectivo e relegando as funções sociais para a esfera privada ou para organismos internacionais. Chichava acrescenta que

a implementação do PRE não foi apenas um conjunto de políticas económicas; constituiu um mecanismo de disciplina política que condicionou a autonomia nacional, reconfigurando o poder do Estado e instaurando uma dependência estrutural do país em relação a credores externos, criando as

bases para uma economia de subordinação e exclusão social (Chichava, 2019, p. 57).

A aceitação dos programas de ajustamento estrutural traduziu-se, na prática, numa profunda reconfiguração das políticas públicas. Francisco (2018, p. 72) sublinha que

o Estado moçambicano foi compelido a privatizar empresas estatais, a desregular mercados fundamentais e a reduzir drasticamente os gastos sociais, em troca de empréstimos e perdões de dívida que garantiam a sobrevivência financeira imediata, mas ao custo de dismantlar estruturas produtivas que haviam sido construídas ao longo de décadas de investimento público e de planificação socialista orientada para o desenvolvimento humano e a igualdade social (Francisco, 2018, p. 72).

O resultado foi o colapso de vários sectores produtivos, acompanhado de um aumento significativo do desemprego urbano⁸. As empresas estatais, que constituíam os pilares da industrialização socialista, foram alienadas a preços simbólicos a grupos emergentes com ligações políticas privilegiadas, criando uma nova elite económica, enquanto o discurso oficial de “modernização” mascarava a transferência massiva de recursos públicos para interesses privados. Hanlon reforça esta ideia ao afirmar que

a privatização acelerada e desregulada transformou Moçambique num espaço de acumulação rápida por parte de grupos próximos do poder, criando novas desigualdades e consolidando uma elite económica dependente do capital internacional, enquanto a maioria da população foi excluída dos mecanismos de crescimento e transformação económica” (Hanlon, 2023, p. 121).

O impacto social do PRE foi profundamente devastador. Macuane afirma que

⁸ O desemprego urbano durante a implementação do Programa de Reajustamento Económico apresentou contornos particularmente graves, configurando-se como um fenómeno estrutural ligado à retração do Estado e à liberalização da economia. A desactivação das empresas estatais e a privatização acelerada de sectores estratégicos deixaram milhares de trabalhadores urbanos sem emprego formal, obrigando muitos a recorrer a actividades informais ou a subempregos mal remunerados e desprovidos de protecção social. As cidades passaram a concentrar populações vulneráveis, incluindo migrantes provenientes do meio rural em busca de oportunidades, mas que se deparavam com mercados saturados e escassez de empregos qualificados, demonstrando que o desemprego urbano não resultava apenas de ciclos económicos, mas era consequência directa da reorganização neoliberal do Estado e do aprofundamento das desigualdades sociais. Este tipo de desemprego, predominantemente juvenil e concentrado nas periferias urbanas, contribuiu para o aumento da pobreza, para a proliferação de bairros informais e para o surgimento de novas formas de exclusão social, evidenciando o impacto profundamente disruptivo das políticas de ajustamento estrutural na vida das populações urbanas.

a liberalização acelerada da economia, acompanhada pela retirada do Estado de funções centrais de redistribuição, agravou significativamente as desigualdades sociais existentes e destruiu mecanismos de redistribuição herdados do socialismo, comprometendo o acesso universal a serviços de saúde, educação e alimentação, e expondo milhões de cidadãos, sobretudo os mais vulneráveis, à insegurança económica e à privação (Macuane, 2021, p. 102).

Programas de subsídio alimentar foram desmantelados, escolas e hospitais sofreram cortes severos, e a retórica do Banco Mundial, segundo a qual o mercado deveria substituir o Estado como regulador da economia, mostrou-se, na prática, desastrosa em sociedades com estruturas institucionais frágeis, resultando no abandono de vastas camadas da população à própria sorte. Segundo Bond (2020, p. 88),

as políticas de ajustamento estrutural implementadas em contextos de fragilidade institucional não podem ser entendidas apenas como programas económicos; elas funcionam como instrumentos de poder, impondo regras externas que redefinem a relação entre Estado e sociedade, e frequentemente reproduzem desigualdades pré-existentes sob a aparência de eficiência e racionalidade económica (Bond, 2020, p. 88).

Do ponto de vista político, o PRE enfraqueceu o pacto social entre o Estado e a sociedade. A FRELIMO, outrora partido revolucionário com forte legitimidade popular, converteu-se gradualmente num gestor tecnocrático das políticas neoliberais. Chichava sublinha que

a viragem económica despolitizou o discurso nacional, substituindo o ideal da emancipação colectiva pelo imperativo da gestão racional, centrada na manutenção da estabilidade macroeconómica e na eficiência administrativa, relegando para segundo plano os valores de justiça social e participação política que haviam constituído a base da legitimidade do Estado revolucionário (Chichava, 2020, p. 143).

A transformação do Estado num mediador entre o capital internacional e as elites locais originou uma nova forma de dominação, que pode ser entendida como captura

neoliberal, em que a soberania económica do país foi trocada pela legitimação técnica de políticas impostas do exterior. Castel-Branco e Savege acrescentam que

o ajustamento estrutural, ao subordinar decisões políticas e económicas a normas internacionais, reconfigurou o espaço de ação do Estado, limitando a sua capacidade de formular políticas autónomas e transformando a política em gestão técnica, mais preocupada com indicadores macroeconómicos do que com necessidades sociais reais (Castel-Branco e Savege, 2022, p. 67).

A pressão das instituições de Bretton Woods não se limitou à esfera económica. O FMI e o Banco Mundial exigiram reformas políticas, como a descentralização administrativa⁹ e a introdução do multipartidarismo¹⁰, apresentadas como condições para a “boa governação”. Nuvunga explica que

a democratização moçambicana foi simultaneamente um projeto interno, debatido e implementado pelos actores políticos nacionais, e uma exigência externa, fortemente influenciada pelo paradigma liberal dominante no pós-Guerra Fria, que condicionava o acesso a financiamento e à integração internacional à adoção de práticas políticas compatíveis com a lógica do capital global (Nuvunga (2020, p. 156).

Esta democratização condicionada visava assegurar um ambiente político previsível e seguro para o investimento estrangeiro, muitas vezes em detrimento da construção de cidadania plena. Chabal reforça que

os processos de democratização impostos ou fortemente influenciados por organismos internacionais frequentemente visam criar legitimidade externa e estabilidade institucional favorável ao capital global, deixando de lado os mecanismos participativos internos e reduzindo a política a uma operação de

⁹ Descentralização Administrativa refere-se ao processo pelo qual o poder e as responsabilidades do Estado, antes altamente concentrados na capital e nos órgãos centrais, foram transferidos para níveis locais de governação, como províncias, distritos e municípios. O objectivo, segundo a lógica do FMI e do Banco Mundial, era aumentar a eficiência da administração pública e promover a “boa governação”, tornando a gestão mais próxima das comunidades. Na prática, no contexto do PRE, esta descentralização tinha também o efeito de diluir a responsabilidade política central, fragmentar o controlo do Estado sobre recursos e programas sociais e criar condições favoráveis à implementação de políticas neoliberais localmente, muitas vezes sem participação plena das populações.

¹⁰ Multipartidarismo refere-se à introdução de um sistema político em que mais do que um partido pode concorrer e governar, substituindo o modelo anterior de partido único, característico do período pós-independência. A imposição do multipartidarismo foi parte das reformas políticas exigidas pelas instituições financeiras internacionais e pela comunidade internacional, visando criar um ambiente político mais previsível e estável para o investimento estrangeiro. No entanto, no contexto do PRE, este processo não significou automaticamente uma democratização plena, mas sim uma reorganização do espaço político de acordo com critérios externos, garantindo que as políticas

conformidade técnica, em detrimento do aprofundamento democrático (Chabal, 2019, p. 92).

O discurso internacional que justificava o PRE fundamentava-se na promessa de crescimento económico sustentado e integração global. Hanlon observa que

o crescimento económico verificado durante os anos 1990 assentou sobretudo na ajuda externa e na abertura de linhas de crédito internacional, e não na capacidade de produção interna, mantendo o país em situação de dependência estrutural e limitando a sua autonomia económica, enquanto políticas de liberalização cambial e abertura comercial favoreceram predominantemente a importação de bens estrangeiros em detrimento do desenvolvimento da indústria local, transformando Moçambique de um Estado produtor em um Estado consumidor dependente do exterior (Hanlon, 2023, p. 118).

Este processo é corroborado por Mkandawire (2021, p. 110), que sublinha que

a liberalização acelerada, sem capacidade institucional interna para regular os mercados e proteger sectores estratégicos, reforçou a vulnerabilidade económica de países africanos, criando uma dependência crónica de crédito externo e limitando as possibilidades de industrialização autónoma (Mkandawire, 2021, p. 110).

O caso da indústria do caju tornou-se emblemático do impacto do PRE. Pereira sublinha que

a decisão de liberalizar a exportação de castanha de caju, determinada pelo Banco Mundial e alinhada com a lógica de competitividade internacional, destruiu milhares de empregos nas fábricas locais e exemplificou como políticas públicas, sob o pretexto de promover a competitividade e o crescimento económico, foram subordinadas a interesses externos, comprometendo a sustentabilidade de cadeias produtivas inteiras e transferindo o valor económico para fora do país (Pereira, 2022, p. 213).

neoliberais fossem implementadas num quadro de “estabilidade” e conformidade técnica, em vez de corresponder a um fortalecimento da cidadania ou da participação popular real.

Este episódio ilustra a desindustrialização induzida pelas reformas neoliberais e a vulnerabilidade de sectores estratégicos face às imposições de organismos internacionais. Ravallion aponta que

as políticas de liberalização impostas a economias frágeis, sem mecanismos internos de regulação e proteção social, tendem a gerar exclusão, desindustrialização e concentração de riqueza, evidenciando que o ajuste estrutural não é neutro, mas sim um processo que transforma profundamente a estrutura social e económica do país alvo (Ravallion, 2020, p. 77).

Em termos sociológicos, a implementação do Programa de Reajustamento Económico (PRE) conduziu à consolidação de uma nova estrutura de classes, alterando profundamente a organização social e económica herdada do período pós-independência. Francisco observa que

uma nova burguesia burocrática emergiu, constituída por gestores públicos, consultores e empresários com acesso privilegiado a informação económica e crédito internacional, ocupando uma posição de mediação entre o Estado e o capital transnacional, e substituindo a antiga classe revolucionária na legitimação do paradigma neoliberal, enquanto as camadas populares, privadas de instrumentos de participação e de acesso a oportunidades económicas, foram progressivamente marginalizadas” (Francisco, 2018, p. 85).

Esta nova configuração não apenas deslocou os centros de decisão económica e política, como também redefiniu o campo simbólico do poder¹¹, atribuindo legitimidade à acumulação privada e à competência técnica em detrimento da solidariedade social e da participação colectiva. A emergência desta elite tecnocrática configurou-se como um mecanismo de reprodução social e económica, em que o acesso à informação privilegiada, ao

¹¹ No contexto do Programa de Reajustamento Económico, o conceito de campo simbólico do poder refere-se ao espaço social em que se define quem possui legitimidade, prestígio e influência para tomar decisões e moldar prioridades na sociedade. Com a implementação das políticas neoliberais, este campo foi profundamente transformado, deslocando a autoridade da antiga classe revolucionária, baseada em ideais de emancipação social e justiça colectiva, para a nova elite tecnocrática, cuja legitimidade se apoia na competência técnica, no acesso privilegiado à informação económica e na mediação entre o Estado e o capital internacional. Assim, o poder deixou de depender do apoio popular ou da mobilização social e passou a ser determinado por competências profissionais, redes de influência e capacidade de gerir recursos económicos globais, reflectindo uma reconfiguração simbólica da autoridade e da tomada de decisão na sociedade moçambicana.

crédito e às redes internacionais determinava a capacidade de mobilizar recursos e de influenciar políticas públicas. Mkandawire reforça que

a emergência de elites tecnocráticas mediadoras constitui uma característica recorrente em economias ajustadas estruturalmente, em que a concentração de informação e recursos cria barreiras à mobilidade social e ao acesso equitativo às oportunidades económicas (Mkandawire, 2021, p. 115).

Sob este prisma, o PRE não apenas ajustou a economia aos imperativos neoliberais, mas estruturou uma hierarquia social baseada no capital simbólico e económico, em que as classes populares ficaram progressivamente afastadas dos mecanismos de decisão e de intervenção directa no desenvolvimento. Esta reconfiguração social teve impactos profundos nas desigualdades regionais e na capacidade do Estado em promover coesão social. A centralização de recursos e de informação nas mãos de uma elite reduzida reforçou padrões de exclusão, enquanto a massa da população urbana e rural foi empurrada para a informalidade, o subemprego e a dependência de programas sociais cada vez mais restritos. A lógica da eficiência e da rentabilidade, imposta pelo PRE e pelas instituições financeiras internacionais, substituiu critérios de equidade e justiça social, provocando uma cisão entre o poder económico e a cidadania efectiva, e consolidando a percepção de que a mobilidade social deixou de ser estruturada por méritos colectivos ou políticas públicas inclusivas e passou a depender da proximidade com redes de informação e capital.

Por fim, a análise sociológica da nova estrutura de classes evidencia que o PRE funcionou simultaneamente como instrumento de reorganização económica e de engenharia social. Ao legitimar a autoridade da nova burguesia burocrática e tecnocrática, o programa criou condições para a reprodução contínua de desigualdades, em que o acesso a oportunidades económicas e políticas passou a ser mediado por competências técnicas, capital financeiro e redes de influência, enquanto a população em geral se viu excluída das decisões estratégicas e das vantagens do crescimento económico. Este processo reforçou a fragmentação social, a marginalização das camadas populares e a consolidação de um modelo de desenvolvimento que privilegia a eficiência de mercado e a gestão técnica sobre a justiça social e a participação cidadã, moldando de forma duradoura a sociedade moçambicana contemporânea.

O Programa de Reajustamento Económico alterou profundamente a concepção de desenvolvimento do Estado, deslocando o foco da planificação social para a gestão financeira e macroeconómica. Castel-Branco explica que

a substituição do planeamento político, orientado por metas sociais e de equidade, pelo planeamento financeiro baseado em indicadores macroeconómicos representou uma tecnocratização profunda da governação, marginalizando o debate público sobre o modelo de sociedade e reduzindo o desenvolvimento à métrica do crescimento do PIB, sem considerar os efeitos sociais da exclusão, da pobreza e da precariedade (Castel-Branco, 2019, p. 104).

Esta transformação conceptual implicou uma redefinição do desenvolvimento como instrumento de eficiência económica, subordinando prioridades sociais, comunitárias e de justiça distributiva às exigências do equilíbrio fiscal e da credibilidade perante instituições financeiras internacionais, consolidando uma lógica em que os resultados económicos passaram a medir o sucesso do Estado, enquanto as consequências sociais da política pública foram sistematicamente marginalizadas.

O ajustamento estrutural não se limitou a ajustes técnicos ou económicos, mas constituiu um projecto ideológico destinado a reconfigurar a sociedade moçambicana e a alterar radicalmente o papel do Estado na mediação do desenvolvimento social. Munslow sintetiza esta transformação ao afirmar que

o PRE traduziu o triunfo da ortodoxia neoliberal sobre a imaginação política africana, impondo um modelo universalista que ignorou especificidades históricas, culturais e sociais do país, substituindo valores de solidariedade e de bem-estar colectivo por lógica competitiva, individualista e tecnocrática, onde a cidadania passa a ser medida pela capacidade de sobrevivência económica e não pelo acesso equitativo a direitos sociais básicos (Munslow, 2019, p. 129).

Esta imposição de uma lógica de mercado universalista sobre um contexto histórico e social particular evidencia a capacidade do PRE de transformar não apenas instituições e políticas, mas também a própria concepção de cidadania e pertença social, deslocando a

legitimidade do Estado de promotor de igualdade para executor de normas e indicadores macroeconómicos. A redefinição do desenvolvimento sob o PRE implicou uma ruptura com as concepções socialistas que orientaram a construção do Estado independente, baseadas na redistribuição e na coesão social. As políticas de privatização, liberalização e cortes nos gastos sociais transformaram o desenvolvimento numa ferramenta de eficiência económica e de integração nos mercados globais, relegando para segundo plano a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar colectivo. A população, particularmente os grupos urbanos marginalizados e os trabalhadores dos sectores estatais desmantelados, passou a experimentar uma exclusão sistemática das oportunidades económicas e sociais, consolidando padrões de desigualdade estrutural e uma economia dual em que poucos acumulam recursos e grande parte da população sobrevive em condições de vulnerabilidade permanente.

O PRE, enquanto programa de ajustamento estrutural, funcionou simultaneamente como mecanismo de reprodução social e de engenharia ideológica, redefinindo o conceito de poder e a distribuição do capital simbólico na sociedade. Macuane (2021, p. 110) sublinha que

o preço da estabilização macroeconómica foi a erosão da justiça social, o aprofundamento das desigualdades e o surgimento de uma economia dual, caracterizada pela acumulação concentrada em poucos indivíduos e pela sobrevivência precária de vastas camadas da população, revelando que o PRE, longe de ser uma reforma meramente técnica, representou uma mutação profunda do projeto de nação, substituindo a promessa socialista de igualdade pela realidade neoliberal de exclusão e subordinação às regras do capital internacional (Macuane, 2021, p. 110).

A implementação do PRE não apenas reconfigurou a economia, mas também legitimou uma nova elite tecnocrática, transformando o campo simbólico do poder e deslocando a autoridade da população para gestores técnicos e mediadores do capital transnacional. O impacto social e político das políticas de ajustamento estrutural tornou evidente a dimensão ideológica do PRE, ao demonstrar que a promoção de disciplina fiscal, liberalização e abertura de mercados não poderia ser separada dos efeitos sociais imediatos e das relações de poder preexistentes. Ravallion reforça que

o ajustamento estrutural, ao enfatizar a disciplina fiscal e a liberalização, ignora custos sociais imediatos e cria novas formas de vulnerabilidade estrutural, mostrando que os programas de desenvolvimento internacional são simultaneamente económicos, políticos e ideológicos (Ravallion, 2020, p. 79).

Assim, o PRE deve ser compreendido não apenas como um programa económico, mas como uma reconfiguração do Estado, da sociedade e das relações entre elites, população e instituições internacionais, evidenciando a natureza multifacetada do desenvolvimento em contextos de intervenção externa.

Em síntese, o Programa de Reajustamento Económico marcou uma ruptura definitiva com o modelo de Estado social, impondo um paradigma em que o desenvolvimento passou a ser medido exclusivamente por indicadores económicos e financeiros, enquanto a justiça social, a equidade e a coesão comunitária foram progressivamente marginalizadas. A lógica neoliberal transformou o Estado num executor de políticas externas e num mediador entre capital internacional e elites nacionais, criando condições estruturais para desigualdade, vulnerabilidade e exclusão. O PRE revela-se como um projecto ideológico que reconfigurou a sociedade, consolidou uma economia dual e definiu novos critérios de poder, legitimidade e cidadania, substituindo promessas colectivas por regras de sobrevivência individual e eficiência técnica.

Da Ética Samoriana à Economia Política da Corrupção: Continuidades e Rupturas na Construção da Nação

A morte de Samora Machel, em 1986, marcou não apenas o término de uma liderança carismática, mas o colapso simbólico de um paradigma ético de governação baseado na solidariedade, na disciplina e na concepção do Estado como instrumento de serviço público. Para Samora, o Estado era concebido como uma extensão moral da comunidade, não como um espaço destinado à acumulação privada ou à promoção de interesses individuais. Como sublinha Hanlon,

para Samora, a luta contra a corrupção não era uma questão periférica ou meramente administrativa; ela constituía, antes, parte integrante e inseparável

da luta pela libertação nacional, dado que a independência política sem a edificação de uma ética sólida de responsabilidade e solidariedade equivaleria, na prática, à substituição de um domínio colonial por outra forma de submissão velada e moralmente degradante, colocando em risco a própria legitimidade do novo Estado (Hanlon, 2023, p. 133).

O discurso e a prática política de Samora assentavam, portanto, numa pedagogia moral que exigia integridade, responsabilidade colectiva e compromisso com o bem comum, valores que foram progressivamente esmorecendo à medida que o Estado se inseria na lógica competitiva e impessoal da economia de mercado global.

A ética samoriana constituiu uma tentativa de fundar uma moral pública republicana num país recentemente libertado do colonialismo, procurando substituir estruturas sociais baseadas no clientelismo¹² e na hierarquia imposta pela ocupação estrangeira. Francisco argumenta que

a moral revolucionária de Samora Machel pretendia criar um *ethos* nacional capaz de substituir o clientelismo colonial por uma cultura orientada pelo mérito, pela disciplina e pela igualdade, instaurando um novo padrão de cidadania em que o acesso a direitos e responsabilidades não dependesse de favores pessoais ou de filiações políticas, mas da adesão consciente a princípios coletivos e à construção de um Estado moralmente íntegro (Francisco, 2018, p. 93).

Tal tentativa assenta na premissa de que a nação só poderia consolidar-se se os cidadãos fossem instruídos, saudáveis e conscientes das suas responsabilidades sociais. Daí a prioridade conferida às campanhas de alfabetização, à promoção da participação feminina, e à criação de serviços públicos universais, com especial destaque para educação e saúde, que Samora identificava como pilares fundamentais da soberania nacional. O seu aforismo “não se constrói uma nação com gente iletrada e doente” passou a constituir um princípio ético

¹² Considerar-se o clientelismo como uma forma estruturada e sistemática de exercício do poder político e económico, em que o acesso a recursos, benefícios e oportunidades depende da lealdade pessoal ou política a determinadas elites, em vez de ser regulado por normas universais ou princípios meritocráticos. Trata-se de um mecanismo funcional dentro de um Estado enfraquecido institucionalmente, que substitui valores de ética pública e solidariedade colectiva por relações de dependência, favorecimento selectivo e reciprocidade desigual. Neste sentido, o clientelismo não é apenas corrupção individual, mas uma estratégia de manutenção do poder e legitimação das elites, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais, ao mesmo tempo que assegura coesão interna e controlo político, configurando-se como um traço definidor da economia política da corrupção no país.

central da governação, reflectindo a ideia de que o progresso político e social dependia de uma base moral e material sólida. Com a transição neoliberal que se iniciou a partir de 1987, a moral pública samoriana entrou em colapso e o discurso político dominante passou a privilegiar a competição, o sucesso individual e a acumulação privada. Nuvunga descreve este processo como

uma passagem gradual e estruturada do ethos da colectividade, onde o cidadão é reconhecido como sujeito de direitos e deveres cívicos, para o ethos do cálculo individual, em que o cidadão é redefinido primordialmente como agente económico, motivado pela maximização de interesses próprios e pela obtenção de benefícios privados, abandonando-se assim as lógicas de solidariedade e de compromisso social que caracterizavam a fase socialista inicial (Nuvunga (2020, p. 164).

Esta mudança provocou impactos profundos na cultura política, facilitando a mercantilização das instituições públicas¹³ e legitimando a corrupção como mecanismo de ascensão social¹⁴. O Estado, enfraquecido pelo ajustamento estrutural imposto pelos organismos internacionais, tornou-se permeável aos interesses privados e ao exercício selectivo do poder em função de redes de clientelismo.

A corrupção emergiu, portanto, simultaneamente como sintoma e instrumento do novo modelo económico. Castel-Branco (2019, p. 111) salienta que

a privatização desordenada e acelerada das empresas estatais ocorrida durante os anos 1990 não constituiu apenas um processo administrativo, mas criou as condições concretas para a apropriação patrimonial do Estado por uma minoria intimamente ligada ao poder político e económico, transformando o que poderia ser um instrumento de redistribuição de riqueza e promoção do

¹³ Refere-se ao processo pelo qual instituições e serviços que originalmente tinham fins públicos e sociais - como empresas estatais, hospitais, escolas, infraestruturas e serviços administrativos - passam a ser tratados como bens de mercado, sujeitos à lógica do lucro, da eficiência económica privada e da concorrência, em vez de se orientarem pelo interesse colectivo. Neste contexto, o Estado deixa de ser protector de direitos universais e passa a ser visto como recurso a explorar, gerando oportunidades para acumulação privada e favorecimento de grupos específicos. Este processo é evidenciado na transição neoliberal pós-1987 e nas privatizações da década de 1990, que transformaram o Estado num espaço de disputa por rendas e contratos, reforçando desigualdades e favorecendo a apropriação patrimonial das elite.

¹⁴ Esta ideia descreve a utilização da corrupção como ferramenta prática para atingir mobilidade económica e política dentro do sistema neoliberal emergente. A apropriação de recursos públicos, contratos, concessões ou privilégios não é apenas um desvio moral, mas um instrumento estruturado de progressão social e económica para indivíduos ou grupos com acesso a redes de poder. A corrupção passa a organizar relações de dependência, lealdade e clientelismo, permitindo que a acumulação privada se sobreponha ao mérito, à ética pública e aos direitos universais, tornando-se um mecanismo funcional para ascender dentro das novas estruturas de poder.

desenvolvimento em um mecanismo de acumulação privada, em que o acesso ao Estado se converteu em oportunidade de enriquecimento pessoal, perpetuando desigualdades e fragilizando a institucionalidade democrática emergente (Castel-Branco, 2019, p. 111).

Esta apropriação do Estado não deve ser interpretada meramente como um desvio moral isolado, mas como um componente estrutural da acumulação primitiva no contexto da transição para a economia de mercado, na qual as elites políticas assumem o papel de intermediárias entre o capital estrangeiro e o Estado, capturando rendas através de concessões, contratos e processos de privatização. O *ethos* revolucionário de integridade e serviço público deu lugar a uma economia política estruturada em torno da corrupção e da instrumentalização do poder.

Do ponto de vista sociológico, esta transformação representa o surgimento de uma nova racionalidade social, na qual as fronteiras entre o público e o privado se tornam cada vez mais difusas. Macuane define este fenómeno como

a institucionalização do patrimonialismo moderno, caracterizado pela conversão da corrupção de prática ilícita em instrumento central de funcionamento do sistema político e económico, onde redes de lealdade e clientelismo substituem normas e procedimentos formais, e onde a redistribuição de recursos, longe de obedecer a critérios de justiça social, é orientada pela manutenção da coesão interna das elites e pela reprodução do poder, resultando numa sobreposição entre interesses privados e funções estatais que redefine completamente o conceito de autoridade e de legitimidade institucional (Macuane, 2021, p. 118).

Desta forma, o neoliberalismo não apenas substituiu o socialismo na esfera económica, mas também operou uma profunda transformação da moral pública, naturalizando a corrupção como parte integrante da vida política. A corrupção desempenhou igualmente uma função de recomposição do poder e de legitimação política. Chichava observa que

as elites políticas passaram a utilizar a redistribuição seletiva de benefícios como mecanismo estratégico de legitimação e controlo político, assegurando

estabilidade e lealdade numa sociedade marcada por profundas desigualdades e fragilidades institucionais, em que a erosão do contrato social tradicional causada pelo ajustamento estrutural criava um vácuo de autoridade que apenas poderia ser preenchido por uma política de favores e benefícios direcionados, consolidando assim uma oligarquia financeira e política que se mantinha no poder enquanto propagava retoricamente uma narrativa de democracia, modernização e desenvolvimento, mas que, na prática, reproduzia estruturas hierárquicas e desiguais herdadas do colonialismo e do período socialista (Chichava, 2020, p. 161).

A herança ética samoriana, apesar do colapso institucional, manteve-se viva na memória colectiva e na retórica oficial. Hanlon e Smart afirmam que

a figura de Samora Machel tornou-se um recurso simbólico utilizado por sucessivos líderes para legitimar políticas e decisões que ele, em vida, provavelmente teria rejeitado, evidenciando um paradoxo entre memória histórica e prática política, em que o legado moral é invocado de forma performativa para conferir aparência de continuidade e legitimidade, enquanto o conteúdo ético e as práticas de solidariedade e disciplina que caracterizavam a sua governação são desvirtuados ou ignorados, transformando a memória em ornamento retórico e não em guia efectivo de acção política” (Hanlon e Smart, 2018, p. 99).

Este contraste entre o ideário ético samoriano e a prática governativa subsequente evidencia a transformação da política em espectáculo simbólico, no qual os princípios morais deixam de constituir vectores efectivos da acção estatal e passam a funcionar como instrumentos retóricos de legitimação formal. A ética, que sob a liderança de Samora Machel estruturava a governação em torno da solidariedade, da disciplina e do serviço público, é convertida em mera superficialidade, mobilizada em discursos oficiais, cerimónias e referências históricas sem qualquer repercussão substantiva nas instituições ou na qualidade das políticas públicas implementadas. A evocação da memória de Samora funciona, assim, como recurso simbólico estratégico, utilizado para conferir continuidade histórica e credibilidade moral a decisões e práticas políticas que, na essência, se distanciam radicalmente do conteúdo ético original. Nesse regime simbólico, a narrativa oficial cria a ilusão de uma moralidade pública preservada, enquanto na prática valores de integridade,

responsabilidade colectiva e justiça social são substituídos por redes de clientelismo, apropriação patrimonial e favorecimento selectivo, configurando um Estado no qual a ética se torna performativa, decorativa e instrumental, em detrimento do seu carácter normativo e transformador.

Paralelamente, esta instrumentalização da ética evidencia a dimensão estrutural da corrupção e da mercantilização das instituições públicas, sublinhando que o colapso moral transcende falhas individuais e se inscreve no funcionamento sistémico do poder neoliberal emergente. A mercantilização das instalações públicas e a corrupção enquanto mecanismo de ascensão social ilustram concretamente esta conversão simbólica: os recursos do Estado deixam de se destinar ao bem colectivo, transformando-se em instrumentos de acumulação privada e de reprodução das hierarquias de poder, enquanto os princípios éticos originais são invocados apenas como ornamento discursivo, sem qualquer efeito na redistribuição de oportunidades ou na garantia de justiça social. Deste modo, a política contemporânea articula uma dualidade estrutural entre retórica e prática, entre memória moral e comportamento institucional, em que a ética serve para legitimar decisões estratégicas, consolidar a coesão das elites e criar consenso simbólico, mas falha na sua função reguladora e transformadora, perpetuando desigualdades históricas, fragilidades institucionais e a naturalização de práticas clientelares e de apropriação patrimonial como mecanismos de sobrevivência e ascensão social dentro do Estado.

O declínio da moral pública não se deveu apenas à corrupção individual, mas ao processo estrutural de erosão institucional. Francisco sublinha que

a retração e desarticulação do Estado sob o regime neoliberal criou um vazio de autoridade, que foi rapidamente preenchido por redes paralelas de influência, clientelismo e poder informal, substituindo os valores públicos por estratégias de sobrevivência e cálculo pessoal, de forma a manter posições de poder e acesso a recursos, institucionalizando assim uma forma de corrupção funcional e sistémica, que opera não como desvio marginal, mas como elemento central do funcionamento do Estado e da sua interação com a sociedade e a economia (Francisco, 2018, p. 97).

Neste contexto, a corrupção tornou-se um mecanismo informal de redistribuição num Estado incapaz de garantir justiça social, revelando a funcionalidade política e económica

deste fenómeno no novo sistema. O caso das privatizações exemplifica de forma clara esta dinâmica. Pereira afirma que

durante a década de 1990, mais de mil empresas públicas foram alienadas, muitas vezes sem critérios de transparência, avaliação técnica de activos ou consulta social, transformando o processo de privatização num canal privilegiado de formação de uma burguesia nacional dependente, cuja riqueza se baseia menos na produtividade ou capacidade empresarial e mais em conexões políticas e em acesso privilegiado ao Estado, consolidando uma elite rentista e reproduzindo, sob nova forma, a dependência histórica do capital externo, em que o Estado deixa de ser motor de desenvolvimento económico e social e passa a ser objecto de disputa por rendas, contratos e privilégios privados, perpetuando ciclos de corrupção e desigualdade estrutural (Pereira, 2022, p. 219).

A economia política da corrupção¹⁵ manifesta-se igualmente na gestão de recursos naturais, especialmente a partir dos anos 2000, com a exploração do gás e do carvão. Hanlon sublinha que

os novos megaprojetos de exploração de recursos naturais reproduzem padrões históricos de acumulação desigual, em que os benefícios são fortemente concentrados nas elites políticas e económicas, enquanto as comunidades locais permanecem marginalizadas e raramente participam das decisões estratégicas ou usufruem de vantagens significativas, evidenciando que o problema não é apenas moral ou jurídico, mas estrutural, pois o modelo de desenvolvimento permanece orientado para fora e centrado na extração, não promovendo redistribuição equitativa nem sustentabilidade social, e mantendo a lógica de apropriação e dependência herdada de períodos anteriores (Hanlon, 2023, p. 145).

¹⁵A economia política da corrupção designa uma abordagem analítica que compreende a corrupção não como um desvio moral isolado ou um conjunto de práticas individuais ilícitas, mas como um fenómeno estrutural, sistémico e funcional ao modelo de organização económica e política instaurado no período pós-socialista. A corrupção é entendida como parte integrante das dinâmicas de acumulação, de exercício do poder e de redistribuição de recursos, operando como mecanismo de mediação entre o Estado, as elites políticas e o capital privado, nacional e estrangeiro. Neste sentido, a economia política da corrupção refere-se ao conjunto de relações, incentivos e estruturas institucionais que tornam a apropriação privada de recursos públicos, o clientelismo, o favorecimento selectivo e a mercantilização das instituições públicas não apenas recorrentes, mas socialmente toleradas e politicamente funcionais, assegurando a reprodução das elites, a manutenção do controlo político e a gestão das desigualdades num contexto de enfraquecimento do Estado e de retração das políticas de justiça social.

Do ponto de vista teórico, a transição da ética samoriana para a economia política da corrupção pode ser interpretada como um processo de desencantamento do Estado¹⁶. Munslow sustenta que

a passagem do *ethos* socialista, que fornecia uma narrativa moral capaz de orientar acções colectivas e de conferir sentido ao projecto de construção nacional, para um *ethos* neoliberal, baseado na gestão pragmática e na maximização de recursos privados, constitui a substituição da política da esperança pela política da gestão, onde a corrupção assume papel central como expressão simbólica do abandono da utopia, permitindo que o ideal traído se reconcilie com a realidade imposta, transformando a sobrevivência em critério supremo de legitimidade e redefinindo os parâmetros de acção e moralidade política no país (Munslow, 2019, p. 142).

Assim, a ética samoriana, fundamentada na solidariedade, na disciplina e no serviço público, foi progressivamente substituída por uma racionalidade neoliberal que naturalizou a corrupção como parte integrante da vida política. A continuidade entre o socialismo e o capitalismo reside precisamente na centralidade do Estado como mediador das desigualdades e instrumento de acumulação de privilégios. Castel-Branco conclui que

o Estado moçambicano não se desmantelou nem desapareceu; antes, transformou-se num Estado de classe, estruturado de modo a proteger os interesses de uma minoria, sob o disfarce da modernização e da integração global, em que a retórica da democracia e do desenvolvimento convive com práticas de apropriação privada, desigualdade e clientelismo, mostrando que a transição histórica não destruiu a nação, mas redefiniu o seu significado: de um projeto ético de emancipação coletiva passou a ser uma economia política centrada na sobrevivência, na acumulação privada e no privilégio de poucos (Castel-Branco, 2019, p. 119).

¹⁶ O desencantamento do Estado corresponde a um processo histórico, político e simbólico através do qual o Estado deixa progressivamente de ser concebido como portador de um projecto ético colectivo, orientado para a emancipação social, a justiça e a construção de uma nação assente na solidariedade, passando a ser entendido sobretudo como um aparelho técnico de gestão, regulação e mediação de interesses privados. Este processo decorre da transição do ideário socialista, que atribuía ao Estado uma função moral, pedagógica e mobilizadora, para uma racionalidade neoliberal fundada no cálculo económico, na eficiência instrumental e na mercantilização das instituições públicas. Assim, o desencantamento do Estado manifesta-se na erosão da confiança pública, na perda da sua função normativa e transformadora e na naturalização de práticas como a corrupção, o clientelismo e o favorecimento selectivo, que deixam de ser percebidas como desvios excepcionais e passam a integrar o funcionamento regular do sistema político, revelando a substituição da política da esperança por uma política de gestão, na qual o Estado já não representa um horizonte de sentido colectivo, mas um espaço de disputa por recursos, rendas e privilégios.

Em suma, a transição da ética samoriana para a economia política da corrupção evidencia a transformação profunda da moral pública e da estrutura do Estado moçambicano, na qual valores de solidariedade, disciplina e serviço coletivo foram progressivamente substituídos por uma racionalidade neoliberal centrada na acumulação privada e no cálculo individual. O Estado manteve-se central como mediador das desigualdades, mas passou a operar através de redes de clientelismo e apropriação patrimonial, em que a corrupção deixou de ser apenas um desvio moral e tornou-se funcional ao sistema, assegurando a reprodução das elites e a perpetuação de privilégios em detrimento da justiça social. Assim, o colapso ético não se limitou a falhas individuais, mas refletiu um processo estrutural de erosão institucional e redefinição do sentido de nação, substituindo o projeto ético de emancipação coletiva por uma economia política marcada pela sobrevivência e pelo privilégio de poucos.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu demonstrar que a trajetória do Estado moçambicano, desde o período pós-independência até à consolidação do modelo neoliberal, não pode ser compreendida apenas como uma sucessão de reformas económicas ou institucionais, mas sobretudo como uma transformação profunda da moral pública e do sentido ético da governação. A ética samoriana, fundada na solidariedade, na disciplina e na concepção do Estado como instrumento de emancipação colectiva, constituiu um projecto normativo ambicioso que procurava romper com as heranças coloniais do clientelismo, da desigualdade e da apropriação privada do poder. A sua erosão não representou apenas o fim de um ciclo político, mas a desagregação de um horizonte moral que conferia sentido à construção nacional. A transição para o neoliberalismo, longe de significar a neutralização do Estado, implicou a sua reconfiguração enquanto espaço central de mediação das desigualdades e de acumulação privada. O ajustamento estrutural e as privatizações dos anos 1990 enfraqueceram a capacidade reguladora e redistributiva do Estado, ao mesmo tempo que reforçaram o seu papel como recurso estratégico para elites políticas e económicas. Neste contexto, a mercantilização das instituições públicas converteu bens colectivos em activos económicos e transformou a governação num campo de disputa por rendas, contratos e privilégios, consolidando uma lógica de apropriação patrimonial incompatível com os princípios da ética republicana originalmente defendida.

A corrupção, neste quadro, emerge não como anomalia marginal ou resultado de falhas individuais, mas como elemento estrutural e funcional do novo modelo político-económico. A economia política da corrupção evidencia que práticas como o clientelismo, o favorecimento selectivo e a apropriação privada de recursos públicos desempenham um papel central na reprodução das elites, na manutenção da coesão interna do poder e na gestão informal das desigualdades sociais. A corrupção passa, assim, a operar como mecanismo de ascensão social e de sobrevivência política, naturalizada num sistema em que o mérito, a legalidade e a justiça social são progressivamente substituídos por relações de lealdade e cálculo estratégico. O artigo demonstrou igualmente que esta transformação foi acompanhada por um processo de desencantamento do Estado, entendido como a perda da sua dimensão moral, pedagógica e mobilizadora. A substituição da política da esperança por uma política da gestão dissolveu o sentido colectivo da acção pública, reduzindo o Estado a um aparelho técnico de administração de interesses concorrentes. Neste processo, a ética deixou de orientar substantivamente a governação e passou a ser mobilizada de forma simbólica e performativa, servindo sobretudo para legitimar decisões políticas e criar uma aparência de continuidade histórica.

A instrumentalização da memória de Samora Machel ilustra de forma paradigmática esta conversão simbólica da política. A evocação recorrente do seu legado ético, dissociada da prática governativa efectiva, revela a transformação da ética em ornamento discursivo, desprovido de capacidade reguladora ou transformadora. Este desfasamento entre ideário e prática não apenas fragiliza a credibilidade das instituições, como contribui para a erosão da confiança pública e para a normalização de comportamentos que contradizem frontalmente os princípios fundadores do projecto nacional pós-independência.

A análise dos processos de privatização e da gestão dos recursos naturais reforça a ideia de que a dependência externa e a acumulação desigual persistem sob novas formas. A constituição de uma burguesia nacional dependente, ancorada em conexões políticas e acesso privilegiado ao Estado, revela a continuidade de estruturas hierárquicas e excludentes, apesar da retórica da modernização e do desenvolvimento. O Estado, longe de funcionar como instrumento de redistribuição e justiça social, consolida-se como mediador de interesses privados e reproduzidor de desigualdades históricas. Do ponto de vista teórico, o artigo evidencia a relevância de uma abordagem sociológica crítica que articule ética, economia política e análise institucional. A compreensão da corrupção como fenómeno sistémico

permite ultrapassar leituras moralistas ou legalistas, evidenciando as condições estruturais que sustentam a sua reprodução. Esta perspectiva contribui para uma leitura mais profunda da crise do Estado pós-colonial, revelando que a fragilidade institucional não decorre apenas da escassez de recursos, mas da erosão do seu fundamento ético e normativo.

Em conclusão, a passagem da ética samoriana para a economia política da corrupção representa uma redefinição do próprio significado da nação e do projecto de desenvolvimento em Moçambique. O que esteve em causa não foi apenas a mudança de modelo económico, mas a substituição de um horizonte ético de emancipação colectiva por uma racionalidade orientada para a sobrevivência, a acumulação privada e o privilégio. A recuperação de uma moral pública substantiva exige, por conseguinte, não apenas reformas institucionais ou legais, mas uma reflexão crítica profunda sobre o papel do Estado, da ética e da justiça social na reconstrução de um projecto nacional inclusivo e verdadeiramente emancipador.

Referências Bibliográficas

CASTEL-BRANCO, C. N. (2019). **Economia política do capitalismo em Moçambique: Neoliberalismo, dependência e acumulação primitiva**. Maputo: IESE.

CHICHAHA, S. (2020). **FRELIMO e o poder económico: Dinâmicas de dominação e resistência**. Lisboa: Almedina.

FRANCISCO, A. (2018). **As metamorfoses do Estado moçambicano: Entre a planificação e o mercado**. Maputo: Escolar Editora.

HANLON, J. (2023). **Mozambique's economic paradox: Growth without prosperity**. London: Zed Books.

HANLON, J., & SMART, T. (2018). **Do Bénquico ao gás: Desenvolvimento em Moçambique e o regresso ao capitalismo dependente**. Oxford: James Currey.

MACUANE, J. J. (2021). **Elites, instituições e desigualdade económica em Moçambique**. Maputo: IESE.

MUNSLOW, B. (2019). **Mozambique: The revolution and its legacy**. London: Routledge.

NUVUNGA, A. (2020). **Democracia, clientelismo e captura do Estado em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública.

PEREIRA, R. (2022). **Do socialismo à economia de mercado: Rupturas e continuidades na trajectória económica de Moçambique**. *Revista de Estudos Africanos*, 44(3), 201–227.

PITCHER, A. (2017). **Party politics and economic reform in Africa: Moçambique in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press.